

Perfil da gestão e da participação nas escolas públicas municipais/estaduais de Parnaíba na percepção de gestores (as) e professores (as): Uma análise a partir dos dados do SAEB/INEP/Q-Edu/2019¹

Profile of management and participation in municipal/state public schools in Parnaíba in the perception of managers and teachers: An analysis based on data from SAEB/INEP/Q-Edu/2019
Perfil de gestión y participación en escuelas públicas municipales/estatales de Parnaíba en la percepción de directivos y docentes: un análisis a partir de datos de SAEB/INEP/Q-Edu/2019

Recebido: 16/05/2024 | Revisado: 15/06/2024 | Aceitado: 21/06/2024 | Publicado: 26/06/2024

Osmar Rufino Braga

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0378-3787>
Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil
E-mail: osmarbraga@ufdpar.edu.br

Maria Vitoria Lima Aragão

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2652-4319>
Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Brasil
E-mail: vitorialima3101@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar os resultados da pesquisa “Levantamento, sistematização e análise do perfil da gestão e da participação das escolas públicas (municipais e estaduais) de Parnaíba (PI), segundo a visão dos/das gestores/as, com base nos dados do INEP/Q-Edu/2019”, realizada em Parnaíba (PI), que intencionou mapear o perfil da gestão e da participação nas escolas públicas municipais e estaduais, segundo os dados do INEP/Q-Edu/2019. A pesquisa priorizou a percepção dos gestores e professores, e considerou o contexto da pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, que resultou em isolamento social e paralisação das atividades escolares. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa no campo educacional, de natureza qualitativa e quantitativa, associada à pesquisa documental. Como conclusão, constatamos que as escolas parnaibanas possuem conselhos e grêmios, instâncias participativas centrais para o exercício da cidadania e administração dos bens culturais e sociais, mas isto não reverbera em mudanças significativas em seus projetos pedagógicos e em suas matrizes curriculares, apesar da democracia e seus princípios serem defendidos como importantes e centrais no contexto social e educacional.

Palavras-chave: Ensino; Gestão democrática; Gestão participativa; Gestão escolar; Escola democrática.

Abstract

This paper aims to present and analyze the results of the research "Survey, systematization and analysis of the management and participation profile of public schools (municipal and state) in Parnaíba (PI), according to the view of managers, based on INEP/Q-Edu/2019 data", carried out in Parnaíba (PI), which aimed to map the management and participation profile in municipal and state public schools, according to INEP/Q-Edu/2019 data. The research prioritized the perception of managers and teachers, and considered the context of the Covid-19 pandemic, in the years 2020 and 2021, which resulted in social isolation and paralysis of school activities. From a methodological point of view, this is a qualitative and quantitative study in the field of education, associated with documentary research. In conclusion, we found that Parnaíba's schools have councils and assemblies, participatory bodies that are central to the exercise of citizenship and the administration of cultural and social goods, but this does not reverberate in significant changes in their pedagogical projects and curricular matrices, despite the fact that democracy and its principles are defended as important and central in the social and educational context.

Keywords: Teaching; Democratic management; Participatory management; School management; Democratic school.

¹ SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica. INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Q-Edu: é uma organização que tem como missão facilitar o acesso a dados educacionais do Brasil, usando referenciais teóricos sólidos, em parceria com os órgãos oficiais brasileiros. O projeto foi idealizado pela Meritt e pela Fundação Lemann, em 2012. Endereço da plataforma: <https://qedu.org.br/>.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar y analizar los resultados de la investigación "Levantamiento, sistematización y análisis del perfil de gestión y participación de las escuelas públicas (municipales y estaduais) de Parnaíba (PI), según la visión de los gestores, a partir de los datos del INEP/Q-Edu/2019", realizada en Parnaíba (PI), que tuvo como objetivo mapear el perfil de gestión y participación en las escuelas públicas municipales y estaduais, según los datos del INEP/Q-Edu/2019. La investigación priorizó la percepción de gestores y profesores, y consideró el contexto de la pandemia de Covid-19 en 2020 y 2021, que resultó en aislamiento social y paralización de las actividades escolares. Desde el punto de vista metodológico, se trata de un estudio cualitativo y cuantitativo en el campo de la educación, asociado a la investigación documental. En conclusión, constatamos que las escuelas de Parnaíba cuentan con consejos y sindicatos, órganos participativos centrales para el ejercicio de la ciudadanía y la administración de bienes culturales y sociales, pero eso no repercute en cambios significativos en sus proyectos pedagógicos y matrices curriculares, a pesar de que la democracia y sus principios sean defendidos como importantes y centrales en el contexto social y educativo.

Palabras clave: Enseñanza; Gestión democrática; Gestión participativa; Gestión escolar; Escuela democrática.

1. Introdução

O trabalho que ora introduzimos tem como objetivo apresentar e analisar os resultados da Pesquisa *Levantamento, sistematização e análise do perfil da gestão e da participação das escolas públicas (municipais e estaduais) de Parnaíba (PI), segundo a visão dos/das gestores/as, com base nos dados do INEP/Q-Edu/2019*. Convém lembrar que o critério que orientou a produção de dados referentes ao ano de 2019 deveu-se exclusivamente ao período da Pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, principalmente, período esse marcado pelo isolamento social e consequente paralisação das atividades escolares e acadêmico-científicas. A pesquisa foi realizada no período entre os meses de setembro de 2022 a agosto de 2023. Durante o projeto foram desenvolvidas atividades de orientação, coordenação e estudos de temas importantes para a pesquisa; visita ao site INEP/Q-Edu, a fim de conhecer e identificar os dados sistematizados pelo INEP, relacionados ao tema da gestão e da participação de gestores/as e professores/as na escola; construção dos instrumentos para levantamento e sistematização dos dados do INEP/QEdu/2019; construção dos instrumentos para levantamento e sistematização dos dados/informações acerca do estado da arte do conhecimento (2017-2022) em torno do tema gestão democrática; análise dos dados/informações coletadas; elaboração de relatórios da pesquisa.

Para organização deste artigo tomamos como referência, além das atividades desenvolvidas, as vivências e aprendizados da equipe de pesquisa, os relatórios de pesquisa elaborados e o arcabouço teórico importante para o entendimento e as reflexões sobre os resultados obtidos, formado por autoras e autores tais como Maria Cecília Minayo (2016), a partir da qual estudamos os conceitos em pesquisa e sua importância; Heloisa Luck (2011, 2012), cujo aporte teórico nos permitiu discutir sobre os conceitos ligadas à gestão democrática, as dimensões e seu lugar na formação do/a pedagogo/a, seu problemas e desafios; Luís Percival Leme Brito (2019), com quem dialogamos sobre a relação da pesquisa em educação e a formação pela pesquisa; Maria José Pires Barros Cardoso e Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (2018), autoras que foram importantes nas discussões e reflexões sobre as questões teóricas e que dizem respeito à legislação que fundamenta a concepção de sistema educacional, autonomia municipal e gestão democrática como premissas que orientam a criação dos seus Sistemas Municipais de Educação. Também foram estudados e nos guiaram neste trabalho alguns documentos de instituições importantes como o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), dentre outros.

A pertinência da pesquisa realizada e deste trabalho se assentam na esteira das discussões e desafios ligados ao lugar e ao modo da gestão educacional no contexto da dinâmica do sistema de ensino no Brasil e sua dimensão vinculada à coordenação/direção das escolas públicas, que tem como referência legal a gestão democrática, como bem previsto na

Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996. Nesse contexto, marcado pelas mudanças e imposições das políticas neoliberais desde os anos de 1990, as quais vêm massificando às novas exigências da produção e da competitividade do mercado, a questão do perfil e do papel da liderança ainda é central, uma vez que são requeridas das gestores e dos gestores novos focos, conhecimentos, habilidades e ações, que desembocam nas demandas e necessidades de competências para a tomada de decisões que levem em conta a efetiva participação dos sujeitos e a justiça social.

É sabido, porém, que a democracia, que é a nossa grande referência enquanto valor, método e direito, que fundamenta, organiza e sustenta o funcionamento da sociedade, vem sendo ameaçada nos últimos anos, o que coloca em perigo todo o arcabouço legal, humano, social e político-institucional, base para garantirmos nossa evolução e o desenvolvimento do país. Esse contexto de ameaça constante tem levado a processos e dinâmicas de dissolução dos valores e das práticas democráticas, relativizando a participação, a autonomia e o senso crítico principalmente dos dirigentes, alterando o perfil e a identidade da gestão, ancorada na participação e na democracia. Faz-se, pois, necessário identificar, avaliar e monitorar o perfil da gestão que se tece e se desenvolve no território escolar, a fim de avaliarmos até que ponto nossas lideranças ainda consideram e pautam a organização do ensino, da aprendizagem e do trabalho pedagógico tendo como valor e referência a democracia. Foi o que nos propusemos na pesquisa e que nos dispomos a compartilhar no presente trabalho.

Este trabalho está organizado nas seguintes partes: 1) revisão de literatura, onde apresentamos uma síntese dos aportes teóricos tomados como referência e que embasaram a pesquisa; 2) metodologia, parte na qual explicitamos a abordagem e os procedimentos adotados na realização deste trabalho; 3) resultados e discussão, seção onde apresentamos e discutimos os principais resultados no que tange à pesquisa em foco. Nas considerações finais, destacamos os principais achados do trabalho de investigação em pauta neste artigo.

2. Revisão de Literatura

No estudo do trabalho “Pesquisa social: teoria, método e criatividade”, da autora Cecília Minayo (2016), o qual aborda aspectos teóricos e práticos sobre a ciência e a pesquisa, é possível observar que a primeira, na sociedade ocidental é a “forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério da verdade” (Minayo, 2016, p. 10). No que tange à pesquisa, a referida autora a define como “a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e à atualiza frente à realidade do mundo” (Minayo, 2016, p.17).

Igualmente importante foi o estudo sobre a importância do estado da arte, o que teve como referência Ferreira (2002), que afirma que o Brasil avançou muito nos últimos vinte anos no conjunto significativo de pesquisas conhecidas por “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Vimos que as pesquisas voltadas para o estado da arte são definidas como de caráter bibliográfico, trazem em comum o desafio de mapear e de discutir a produção científica sobre o tema central, utilizando o conhecimento já revelado e projetando a questão-problema no cerne da produção social (Britto, 2019), apontando tendências, predominância de temas, dentre outros aspectos.

Nos estudos que realizamos vimos que a gestão educacional tem origem no período que corresponde ao fim da Ditadura Militar, em 1985, período esse nomeado como redemocratização nacional (Dourado, 2006). Segundo o autor, esse período foi marcado pela (re)organização coletiva de vários grupos sociais, que vinham lutando pela representatividade e, principalmente, pelo acesso aos direitos públicos. Conforme ainda esse autor, tal período foi marcado também pela elaboração da Carta Magna de 1988, conhecida como o documento com maior abertura no campo público, reconhecendo direitos e

ampliando desigualdades existentes. É da Constituição Federal que emana o termo Gestão Democrática da educação, projetando uma concepção de gestão interligada aos aspectos de autonomia, coletividade, participação, democracia e liberdade.

Como consequência, esse arcabouço teórico e político-institucional deságua na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, N.º 9394/1996), documento estudado no percurso da pesquisa, a qual afirma os princípios de uma gestão democrática, especialmente no Art. 3º, no Inciso VIII (grifo nosso):

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - **gestão democrática do ensino público**, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar (Brasil, 1996, p. 1).

E no Art. 14, a LDB detalhe os princípios da gestão democrática, quando afirma:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: **I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes** (Brasil, 1996, p. 7).

Como vemos, tanto o sistema escolar como a organização do ensino devem considerar os princípios da gestão democrática, o que equivale a levar a experiência e a prática da cidadania como um valor central no trabalho educativo, tendo como protagonistas os alunos, alunas, professores, professoras, gestoras, gestores, colaboradoras e colaboradores, bem como os pais e mães dos estudantes.

Nossos estudos também contemplaram o conhecimento do trabalho importante feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituição voltada para a produção de análises e investigações sobre a Educação Básica e o Ensino Superior do país, com avaliações das escolas, das universidades e dos estudantes. Ele é o órgão que coordena e apoia a realização de diversos exames e provas de avaliação, como Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), entre outros. O INEP tem como atribuições: desenvolver e organizar estatísticas sobre a educação nacional; planejar, orientar e coordenar sistemas e projetos de avaliação educacional; apoiar a formulação de políticas públicas educacionais para as redes privadas e públicas de ensino; realizar o Censo Escolar da Educação Básica e o Censo da Educação Superior; coordenar a avaliação dos cursos de graduação; apoiar os entes federativos – Estados, Municípios e Distrito Federal – no desenvolvimento de sistemas de avaliação de ensino (INEP, 2021).

Interessou-nos, de modo particular, os dados do INEP, especialmente aqueles que sistematizam informações sobre as escolas, os/as gestores (as), localização dos estabelecimentos, tipo de dependência administrativa, o nível de complexidade das escolas, usando como referência a quantidade de matrículas e a estrutura para atendimento do público alunado, as modalidades de ensino, o público atendido e o número de professores (as).

Vimos que há divergências ou discrepâncias, no âmbito da literatura, quanto à conceituação do termo *gestão*, considerada como sinônimo de administração (Dourado, 2006). Compartilhamos da visão de Heloísa Lück (2011) no que tange à concepção de gestão, compreendendo-a como a superação dos problemas deixados pela administração, ou seja, não se trata de um campo de disputas, mas de um termo sobre o outro visando corrigir falhas e, com isso, projetar um cenário de transformações e desenvolvimento educacional. Conforme a autora, a gestão emerge para superar carências de “a) [...] orientação e de liderança clara e competente, exercida a partir de princípios educacionais democráticos e participativos; b) [...]

uma perspectiva de superação efetiva das dificuldades cotidianas”, no cenário da escola pública brasileira (Lück, 2011, p. 23-24).

Não podemos deixar de mencionar nessa revisão outra referência político-institucional importante, vista em nossos estudos, que é a Lei Nº 13.005/2014, que instituiu o atual Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). Esse documento apresenta a Meta 19, com a finalidade de “assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas [...]” (BRASIL, 2014).

A gestão democrática é a grande referência que sustenta o trabalho realizado nessa pesquisa, tomada em três vertentes: a) participação da comunidade escolar na seleção dos/das gestores (as) da escola; b) criação de um colegiado ou conselho escolar que tenha tanto autoridade deliberativa como poder decisório; c) repasse de recursos financeiros às escolas e, conseqüentemente, aumento de sua autonomia (Lück, 2012).

3. Metodologia

Nossos estudos orientaram-se pela abordagem qualitativa de pesquisa, a qual, conforme Minayo (2016), preocupa-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. Trata-se, conforme Creswell (2010), de um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano; envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante; a análise dos dados assume uma perspectiva indutiva, considerando as particularidades dos temas gerais e os significados dos dados interpretados pelo pesquisador.

Trabalhamos com a pesquisa bibliográfica, a qual é definida por Sousa et al (2021) como o tipo de pesquisa que tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Conforme Andrade (2010, p. 25), a pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas; ela nos auxilia desde o início, pois é feita com o intuito de identificar se já existe um trabalho científico sobre o assunto da pesquisa a ser realizada, colaborando na escolha do problema e de um método adequado, tudo isso é possível baseando-se nos trabalhos já publicados. Os instrumentos que são utilizados na realização da pesquisa bibliográfica são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicados.

Portanto, nosso estudo é um estudo do tipo Estado da Arte, que teve como um dos seus objetivos mapear e discutir a produção científica sobre gestão democrática, considerando os dados do INEP, Q-Edu, acerca das escolas municipais e estaduais do município de Parnaíba, a fim de traçar um perfil dos gestores e das gestoras das escolas públicas. Brito (2019) nos ensina que o estudo do tipo estado da arte utiliza o conhecimento já revelado, onde se projeta a questão-problema no cerne da produção social com a identificação de tendências e predominâncias.

Do ponto de vista dos instrumentos, criamos quadros e tabelas para sistematizar os dados e as informações, como explicitamos a seguir:

- Instrumento 1: Quadro com dados gerais sobre as Escolas Municipais e Estaduais de Parnaíba (Piauí);
- Instrumento 2: Quadro com a produção de conhecimento em torno do tema da gestão democrática com base nos estados da arte produzidos por vários (as) autores (as);
- Instrumento 3: Tabela com dados sobre a gestão e participação nas escolas municipais e estaduais de Parnaíba (PI)

Esses instrumentos foram fundamentais para visualizar de forma organizada os dados a que nos propusemos pesquisar e efetuar as análises, compartilhadas no relatório da pesquisa e socializadas neste trabalho.

4. Resultados e Discussão

Considerando as atividades previstas no plano de trabalho da pesquisa, podemos dividir os resultados verificados em três etapas: 1) primeira etapa da pesquisa: conhecendo o campo e preparando os instrumentos do trabalho de investigação; 2) Os dados do estado da produção científica sobre gestão democrática; 3) segunda etapa da pesquisa: o perfil do (a) de Parnaíba (PI), segundo os dados do INEP/Q-Edu.

Primeira etapa da pesquisa: conhecendo o campo e preparando os instrumentos do trabalho de investigação

Os seguintes resultados foram alcançados nesta etapa:

- Apropriação da proposta da pesquisa, do seu tema e objeto e do papel do bolsista;
- Compreensão sobre o que é a pesquisa e sua importância, seu papel na universidade e a necessidade de se tornar um (a) professor (a) pesquisador (a);
- O estudo sobre o estado da arte na pesquisa, a importância de conhecer a produção numa determinada área do conhecimento, para atualizar esse conhecimento e orientar as produções e as próximas pesquisas foi bastante importante;
- Outro resultado que podemos destacar foi conhecimento sobre os princípios contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9.394/1996, ligados à gestão democrática, as suas dimensões e seu lugar na formação do/a pedagogo/a, os problemas e os desafios que as escolas vivenciam para implementar esses princípios no cotidiano do trabalho educativo;
- Como a pesquisa usou os dados do INEP, foi muito importante conhecer este órgão, sobretudo conhecer sua missão, objetivos e áreas de pesquisa; os dados do INEP têm um papel central na construção do perfil das escolas na área da gestão participativa e em várias outras áreas;
- Conhecimento do site e dos dados do Q-Edu relativos à educação: foi importante conhecer o site e ter uma visão geral acerca de vários dados, como matrículas, infraestrutura das escolas, taxa de evasão, IDEB, aprendizagem dos alunos de diferentes matérias e níveis de aprendizagem, censo escolar etc., todos oriundos da educação nos seus mais diversos aspectos;
- Elaboração dos instrumentos para registrar os dados da produção científica sobre gestão democrática e as informações acerca das escolas municipais e estaduais de Parnaíba (PI), bem como as informações sobre os (as) gestores (as) das referidas instituições;
- O trabalho de coleta em si, a busca dos dados e informações junto ao INEP/Q-Edu, aos bancos de revistas e de trabalhos de dissertações e tese etc., constituiu uma experiência importante no campo da pesquisa, atividade estratégica para o sucesso de qualquer pesquisa; mais que isso, pensar na organização, classificação e categorização dos dados e informações é, de fato, um desafio e um grande aprendizado para uma pesquisadora iniciante.

Segunda etapa: os dados do estado da produção científica sobre gestão democrática

Como assinalamos, é no período da redemocratização do Brasil, nos anos de 1980, que emerge a discussão e o debate sobre a gestão democrática. Foi um movimento pela democratização da escola pública, movimento esse voltado para superar procedimentos e práticas tradicionais baseadas no corporativismo e no clientelismo. Esse contexto também é marcado pelas buscas e ações direcionadas para a luta pela democratização do ensino, luta essa que tomou conta de parte do planeta Terra. Era uma busca mundial para uma maior participação em todos os aspectos do gerenciamento governamental e por um corpo crescente de pesquisas científicas que confirmam que gestores que procuram resolver conflitos ativamente, que buscam promover consensos e envolver participantes nos processos decisórios conseguem os melhores resultados, seja na instituição escolar, seja em qualquer tipo de organização social (Lück, 2012).

Em nosso trabalho, mapeamos a produção situada no contexto mais recente das publicações científicas na área da gestão democrática, ou seja, de 2017 a 2022, chegando a treze (13) trabalhos.

Observamos que os trabalhos utilizam a gestão democrática, enquanto referencial teórico-metodológico, político, ético, pedagógico, jurídico (bases normativas e procedimentais) e comportamental, para analisar/discutir questões, temas ou fenômenos no campo educacional, organizativo e das políticas públicas. Nesse sentido, várias questões e temas são abordados, como o ensino público de textos legais, os quais dão sustentação aos sistemas municipais de educação (Soares, 2017; Cardozo, 2018); a dimensão democrática dos planos municipais de educação, mostrando suas evidências e contradições (Lauer, 2017); práticas de gestão de profissionais que atuam na educação infantil, a fim de detectar os desafios, as fragilidades e as possibilidades de sucesso em seu trabalho na escola infantil (Nascimento et al, 2017); a construção coletiva de projetos político-pedagógicos como um processo de vivência e viabilidade da gestão democrática (Costa, 2017); a produção científica sobre gestão democrática na área de educação (Nardi et al, 2018); tendências na escolha de dirigentes escolares, um tema caro no contexto político-eleitoral da definição dos cargos no serviço público escolar, frente a predominância ainda do clientelismo político (Chaves, 2018); a relação entre a gestão democrática e o comportamento organizacional nas instituições educacionais também são temas analisados como possibilidade para pensar os problemas de baixa motivação e elevado estresse no trabalho docente (Feldhues, 2018). Além desses temas, onde a gestão democrática é tomada como referencial central, constatamos que o tema da gestão educacional, em seu sentido mais geral, é tomado como um polo analítico no diálogo ou na interface com outros temas intrínsecos a ela, como a formação docente, a pesquisa empresarial, a educação integral na escola, o desempenho das avaliações nacionais, entre outros aspectos.

Vemos pelo exposto, que a gestão democrática é um referencial estratégico para pensar, organizar e viver estruturalmente a realidade social, educacional, política, cultural e ética no Brasil. Ela é um referencial decisivo para estabelecer novas relações, (re) ordenar e (re) organizar o sistema político, social e econômico no país, o que extrapola a esfera educacional, foco da pesquisa, cujos resultados compartilhamos.

Terceira etapa: o perfil do (a) gestor (a) de Parnaíba (PI), segundo os dados do INEP-Q-Edu

No que tange a este tópico, tomamos como referências as informações e dados coletados junto ao Q-Edu e INEP/2022, dados que se referem à gestão e à participação dos atores sujeitos das escolas municipais e estaduais, considerando um questionário aplicado pelos pesquisadores do INEP/2019 e respondido por cerca de 40 gestores das escolas do município e 12 das escolas estaduais.

No município de Parnaíba (PI), temos 109 escolas públicas, sendo 91 pertencentes a rede municipal e 18 ligada a rede pública estadual. A rede privada possui 34 escolas.

A rede municipal possui 359 professores (anos iniciais) e 271 professores que atuam junto às crianças dos anos finais do ensino fundamental. A rede estadual possui 441 professores que atuam no ensino médio. E a rede privada, possui 200 professores atuando junto às crianças que estão nos anos iniciais; 268 professores nos anos finais do ensino fundamental e 176 no ensino médio.

Segundo os dados que coletamos, 30% dos gestores respondentes das escolas municipais se denominam brancos, 10% pretos e 55% pardos; dos respondentes da rede estadual, temos 3% brancos e 67% pardos. Para a área da educação ligada às relações etnicorraciais, o dado é importante, no sentido de pensar como a etnicidade afeta as relações profissionais e como escola trabalha o pertencimento etnicorracial de corpo docentes e discente, bem como de seus colaboradores e colaboradoras.

Fundamental e estratégico para o funcionamento das escolas, é a existência do Conselho Escolar, a instância responsável pela gestão educacional na escola. Observamos pelos dados dos respondentes da rede municipal que 90% das escolas municipais e 100% das estaduais possuem Conselho Escolar ativo. Os dados nos deixam muito reflexivos, pois nem sempre possuir o conselho e estar ativo significa boa atuação e escola de qualidade, principalmente quanto ao processo de tomada de decisões e ao trabalho e organização pedagógica. Precisamos de mais dados para verificar e investigar o que isso representa.

Observamos, pelos dados, que o Conselho Escolar das escolas municipais e estaduais participantes da pesquisa do INEP/2019, reúnem-se periodicamente, realizando 4,2 e 6,9 reuniões por ano, respectivamente, e conseguem congregiar nas instâncias do Conselho Escolar uma média de 3 alunos (escolas do município e do estado) e 5 professores (município e estado). Esse fato evidencia que pelo menos há sujeitos importantes integrando e discutindo as questões da vida escolar e dos processos ligados ao ensino e à aprendizagem. Além de alunos e professores, os dados também mostram que cerca de 5 funcionários das escolas integram o Conselho Escolar. E cerca de 5 pais, em ambas as redes, são integrantes do Conselho Escolar.

Compartilhamos da visão de Oliveira (2018) quando afirma que os conselhos escolares representam a ação da comunidade na escola, o que possibilita que representantes do sistema educacional e da comunidade participem ativamente das tomadas de decisões, buscando, sobretudo, a evolução pessoal e profissional dos alunos. Nesse sentido, os conselhos se apresentam, em perspectiva dialógica, como o segundo fundamento da gestão democrática, representando a mais clara simbologia da autonomia atribuída à escola, seja ela na dimensão financeira, administrativa ou pedagógica. Contudo, reiteramos mais uma vez, é necessária uma pesquisa mais ampla para avaliar as dificuldades dos conselhos e sua efetividade na gestão escola, pois, como é sabido, muitos conselhos têm apenas um caráter simbólico, ou seja, não têm atuação efetiva, fazem o jogo político de vereadores e prefeitos que os aparelham.

Os dados nos mostram que os Conselhos Escolares das escolas municipais e estaduais de Parnaíba, participantes da pesquisa do INEP/2019, discutem com certa frequência temas muitos importantes, como evidenciam as informações levantadas:

Temas discutidos no ano em que a pesquisa do INEP foi realizada:

Escolas da rede municipal

- Questões pedagógicas: 42% (muitas vezes); 39% (poucas vezes); 19% (sempre);
- Questões administrativas e institucionais: 42% (poucas vezes); 42% (muitas vezes); 17% (sempre);
- Questões financeiras: 50% (muitas vezes); 33% (sempre) 17% (poucas vezes);
- Questões de relacionamento com a Comunidade: 50% (poucas vezes); 33% (muitas vezes); 11% (sempre).

Escolas da rede estadual

- Questões pedagógicas: 42% (muitas vezes); 33% (poucas vezes); 17% (sempre) e 8% (nunca);
- Questões administrativas e institucionais: 50% (muitas vezes); 36% (poucas vezes) 17% (sempre);
- Questões financeiras: 50% (muitas vezes) 33% (sempre); 33% (sempre)
- Questões de relacionamento com a Comunidade: 58% (poucas vezes); 17% (muitas vezes); 17% (nunca); 8% (sempre);

Chama nossa atenção nos dados apresentados, nas escolas da rede municipal e estadual, o tema “questões de relacionamento com a Comunidade”. A pouca atenção à relação com a comunidade, ou seja, com as famílias e demais sujeitos e organizações da comunidade. Inferimos que essa questão ainda representa um grande desafio às escolas, aos gestores e às gestoras. As escolas não têm relação com a vida comunitária; é uma instituição apática a vida e a dinâmica das famílias, completamente alheia ao conjunto de potencialidades e oportunidades que poderiam conhecer e trabalhar e ampliar a qualidade dos serviços oferecidos pela escola. Essa situação reflete diretamente nas práticas de ensino e aprendizagem, visto que o território escolar não se restringe à sala de aula ao currículo oficial, quase sempre descontextualizado e desvinculados dos marcadores sociais e culturais presentes na comunidade.

Um dado positivo, é que o Conselho Escolar discute as questões pedagógicas. Esse é outro ponto que precisa ser investigado, para sabermos em que nível se dá essa discussão e a participação do conselho nas questões de ordem pedagógica. De fato, o papel do Conselho é amplo, é ele que cuida, monitora e avalia a política educacional escolar como um todo. É claro que essa tarefa supõe um conjunto de competências e habilidades, o conselho precisar estar qualificado para exercer essa função e poder assim contribuir com a escola.

Convém destacar que as escolas, tanto municipais quanto estaduais, deveriam apoiar a constituição dos Grêmios Escolares, instâncias fundamentais para o exercício da cidadania e para a participação democrática na vida escolar. Das escolas envolvidas na pesquisa do INEP/2019, percebemos que 63% dos respondentes informaram que as municipais não têm Grêmios Escolares. Os respondentes das escolas estaduais informaram que em 42% possuem o grêmios e estão ativos.

Os grêmios poderiam se constituir importantes instrumentos de aprendizagem democrática, os quais poderiam trabalhar com os conselhos e preparem os alunos para atuarem nessa instância maior.

No que tange aos recursos financeiros recebidos pelas escolas, observamos nos dados que praticamente 100% dos recursos vem do Programa Dinheiro na Escola (98%, nas escolas municipais e 100%, nas estaduais). As escolas municipais e estaduais têm parcerias com empresas e organizações sem fins lucrativos, das quais recebem algum tipo de apoio financeiro. Além dessas fontes de recursos que entram na escola, há contribuições de famílias e professores. Há também repasses da rede de ensino.

Os dados também mostram que as escolas possuem o PPP e que sua elaboração envolveu professores, pais e alunos. Os percentuais de participação são altos. Também aqui, há necessidade de maiores pesquisas, visto que, através de relatos de estagiários, sabemos que os PPPs, muitas vezes, passam por atualizações que nem sempre envolvem os setores mencionados, sem falar que o processo participativo é falho.

Verificamos também que as escolas respondentes da pesquisa informaram que elas têm parcerias com vários órgãos, tais com o Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Segurança Pública e Organizações não governamentais/instituições privadas.

Devemos cruzar essas informações com as expostas aqui, sobretudo com aquela que mostra que a escolas não tem relação mais ampla e consistente com a comunidade. A comunidade é território onde atuam essas organizações. Portanto, é

preciso investigar em que nível se dão essas parcerias, em cima de que temas ou ações, qual a periodicidade delas e seus impactos no processo de organização escolar e das atividades de ensino e aprendizagem.

Por último, verificamos também nos dados levantados que as escolas, no ano em que o levantamento do INEP/2019 se deu, promoveram ações de formação, onde discutiram temas como conteúdo e compreensão dos conceitos da(s) área(s) de ensino; avaliação da aprendizagem; avaliação em larga escala; metodologias de ensino; conhecimento do currículo; gestão da sala de aula; educação inclusiva; novas tecnologia; gestão e administração escolar; linguagem Braille; professor(a) de Educação Especial que atua na sala comum; professor(a) da sala de recursos multifuncionais; professor(a) itinerante; monitor(a) de apoio, dentre outros.

5. Considerações Finais

No presente artigo, procuramos elencar e discutir os resultados da pesquisa “Perfil da gestão e da participação nas escolas públicas municipais/estaduais de Parnaíba na percepção de gestores (as) e professores (as): uma análise a partir dos dados do SAEB/INEP/Q-Edu/2019”. Os resultados aqui apresentados e discutidos consideram três etapas: na primeira, compartilhamos e registramos todas as atividades desenvolvidas e vivenciadas na pesquisa, voltadas para instrumentalizar o bolsista para o trabalho de campo e de produção dos dados, etapa muito importante, uma vez que empoderou a bolsista para o trabalho de investigação. A segunda etapa, também extremamente importante, permitiu levantar, compreender e situar o tema da gestão democrática, foco central da pesquisa, a fim de compreender o perfil construído, dialogando com os dados da produção científica. Por último, na terceira etapa, sistematizamos os resultados sobre o perfil do (a) gestor (a) de Parnaíba, a partir dos dados 52 respondentes do questionário do INEP/2019, vinculados as escolas públicas municipais e estaduais do referido município.

Entre as principais conclusões da pesquisa, destacamos o fato de que a gestão democrática e participativa se constitui ainda no grande referencial político, jurídico, ético, cultural, pedagógico e moral para o processo de radicalização da prática social, educacional, econômica e política da sociedade brasileira, que nos últimos anos sofreu um retrocesso nesse aprendizado da democracia e da busca pela equidade social. Os pesquisadores e as pesquisadoras tomam a gestão democrática como um valor, princípio, fundamento e método, etc., para pensar e refletir sobre vários temas que exigem uma referência sustentável, capaz de orientar o fazer humano, social e político numa perspectiva transformadora.

Percebemos que as escolas parnaibanas possuem conselhos e grêmios, instâncias participativas centrais para o exercício da cidadania e administração dos bens culturais e sociais, mas isto não reverbera em mudanças significativas em seus projetos pedagógicos e em suas matrizes curriculares. A comunidade ainda não “invadiu” o território escolar, rica em repertórios culturais e sociais e em muito poderiam ampliar o papel social da escola e seu fazer político-pedagógico.

Constatamos, enfim, que o ideário da democracia na escola e na sociedade é o horizonte que exige mudanças urgentes na estrutura escolar e acadêmica, no sentido de possibilitar novas relações humanas, sociais e educacionais, a partir de políticas, projetos e práticas que promovam mais igualdade social, econômica, política e mais esperança para nosso país.

O trabalho de pesquisa realizado, aponta para a necessidade de novas pesquisas no campo da temática aqui abordada, considerando alguns recortes destacados, mas sobretudo estudos que busquem compreender por que o ideário e o método democrático não se espalham plenamente nas diferentes dimensões e práticas vivenciadas na instituição escolar. O paradigma que sustenta e move o mundo escolar, particularmente, os projetos e as ações da gestão escolar, com as devidas exceções para as experiências e práticas em muitos locais do Brasil, é o fragmentador e positivista, onde a escola está longe de ser considerada um sistema integrado e um território sociocultural vivo, o qual pode ser pensado e trabalhado a partir de outra lógica e racionalidade, não a partir da lógica e racionalidade predominantes: a instrumental.

Referências

- Andrade, M. M. (2010). *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo, SP: atlas.
- Brasil. (1996). Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Brasil (2014). Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília. www.planalto.gov.br
- Britto, L. P. L. (2019). Pesquisa em Educação e formação pela pesquisa: nada é tão simples quanto quer parecer. *Quaestio*. 21(3), 807-27. <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/374>.
- Cardozo, M. J. P. B.; & Colares, M. L. I. S (2018). Sistemas municipais de educação: autonomia e gestão democrática como premissas. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 11(1), 351-362. <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/8623>.
- Chaves, V. L. J.; Novais, V. S. M.; & Guedes, G. B. (2018). A gestão escolar e formas de provimento ao cargo de diretor escolar: o Plano de Ações Articuladas em foco. *Rev. Elet. Educ.* [online], 12(3), .653-670. ISSN 1982-7199. <https://doi.org/10.14244/198271992880>.
- Costa, D. M. (2017). Projeto Político-pedagógico: uma possibilidade de gestão democrática. *Revista Exitus*, 7(1), jan./abr, p. 200-221. <http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/191>.
- Creswell, John W (2010). *Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Dourado, L. F. (2006). *Gestão da Educação Escolar*. Vol. 6. Brasília: UnB.
- Feldhues, P. R. (2018). Motivação e docência: uma aproximação entre gestão escolar e comportamento organizacional. *Revista Intersaberes*. 13(28), 184–96. <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1263>.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*. 79, 257-72. <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>.
- Inep. (2021). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
- Inep (2020). Censo Escolar 2019. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- Inep (2015). Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: *Linha de Base*. Brasília, DF: INEP.
- Lauer, M. J. (2017). *A Gestão Democrática Nos Planos Municipais de Educação no Rio Grande do Sul: Evidências, Interpretações e Contradições* (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS.
- Lück, H. (2011). *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. (7ª ed.). Vozes.
- Luck, H. (2012). *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. Vozes.
- Minayo, M. C. S (Org.) (2016). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Oliveira, B. L. de; Rolim, E. de N.; & Arruda, A. L. B de. (2018). Conselhos Escolares como Instrumento de Gestão Democrática: uma análise em Escolas de Referências no contexto Pernambucano. <https://11nq.com/btEfd>.
- Nardi, E. L.; & Boiago, P. F. S. (2018). Gestão democrática do ensino público: sobre a produção em periódicos da área da educação (1996-2015). *Revista Práxis Educacional*, 14(27), jan./mar, p. 335-365. <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/2930>.
- Nascimento, L. F. do; & Cavalcanti, M. M. D (2017). Gestão democrática na educação infantil. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, p. 190–214. <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9991>.
- Nascimento, M. do; De Oliveira, A. L.; & Abdala, R. D (2019). A formação em serviço do gestor escolar como ação formativa intencional e política. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, 23(2), 266–285. <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11887>.
- Soares, E.L. (2017). *Gestão Democrática: Uma Análise Das Bases Normativas dos Sistemas Municipais de Educação do Maranhão* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.
- Sousa, A.S. de; Oliveira, G.S. de; & Alves, L.H.de. (2021). A pesquisa bibliográfica; princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, 20(43), 64-83/2021